

**27 a 29  
Maio  
2017**



# CLIP PING

TJ  
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

---

### **Prefeitura de olho na área do Fórum da Prainha**

O prefeito de Vila Velha, Max Filho, esteve ontem no Tribunal de Justiça para tratar da área que hoje abriga o Fórum Criminal da Prainha. Segundo ele, é uma área grande que estaria sendo subutilizada. "Há muitas salas livres, vamos son- dar e iniciar o diálogo". Após conversa com o presidente do TJ, Annibal de Re- zende, foi acordado que o Judiciário vai reformar o prédio e levar os juizados es- peciais para a área. "Vamos ter um imóvel reformado na Prainha", disse Max.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

# VICTOR HUGO

**Leonel Ximenes**



## **Estava no sal**

A Justiça considerou inconstitucional a lei estadual que proíbe o sal nas mesas de bares e restaurantes do Estado. A Assembleia Legislativa poderia ter dormido sem essa, se fosse mais ágil.

## REPORTAGEM ESPECIAL

GUILHERME FERRARI - 06/04/2017



Policiais militares fazem abordagem de rotina. Se a regulamentação do trabalho nas folgas for aprovada, eles poderão usar armas e uniforme mesmo fora da escala

# PMs QUEREM TRABALHAR DURANTE DIAS DE FOLGA

## Associação vai fazer proposta para regulamentar a prática

▲ KATILAINE CHAGAS  
kchagas@redgazeta.com.br

Policiais militares do Estado querem legalizar aquilo que já acontece na prática, mas que não é permitido pela disciplina militar: o trabalho extra nos horários de folga, ou seja, os "bicos". A Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo (Assomes) vai protocolar na próxima segunda-feira proposta para o Comando da Polícia Militar para regularizar esse tipo de atividade extra.

Os dois principais argumentos são a baixa remuneração e os riscos a que se submete um policial no tra-

balho de segurança particular nas folgas. Hoje o salário inicial de um policial militar é de R\$ 2.646 e a escala é de 12 horas de trabalho com folga de 72 horas.

O tenente-coronel Rogério Fernandes Lima, presidente da Assomes, falou com exclusividade com A GAZETA e explicou que a proposta é antiga e vem da época em que era subcomandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, em Vila Velha, em meados de 2012. A ideia é que a Polícia Militar feche convênios com prefeituras, que ficariam responsáveis pela remuneração

dos militares nas horas extras em atividades de patrulha e até de fiscalização. E os policiais poderiam usar uniformes e arma, mesmo fora de suas escalas.

Ele explica que a proposta é inspirada na chamada "Atividade Delegada", que existe em São Paulo. O presidente da Assomes diz que, sem regulamentação, o policial se submete a horas de trabalho, sem critério e sem o aparato do Estado. "Se essas atividades são regularizadas, eles vão trabalhar com seu uniforme, com sua arma, em horários definidos. E o

### SEM POSIÇÃO



"Não tenho nenhum posicionamento sobre isso. Tenho que consultar a proposta e ver se é legal ou não"

NYLTON RODRIGUES  
COMANDANTE DA PM

trabalho será voluntário."

O tenente-coronel cita ainda casos de policiais que procuram a Justiça do Trabalho para exigir direitos que não foram atendidos pelo empregador, que aproveitam que a atividade é irregular e não cumprem questões trabalhistas. "A Justiça tem dado ganho de causa aos policiais. Mas em contrapartida ela encaminha o caso para área administrativa militar."

### ESTADO

O coronel Nylton Rodrigues, comandante da Polícia Militar do Estado, afir-

mau ontem que precisa avaliar a proposta da Assomes e a legislação antes de se posicionar sobre o assunto.

E, por nota, a Polícia Militar informou que não há previsão legal que regularize a atuação de policiais em serviços de segurança fora da corporação, "exceto no caso de policiais militares da reserva que são convocados, através de convênio, para atuarem na segurança em prédios públicos, e são custodiados pelo próprio órgão", apontou nota da comunicação da PM.

Veja os argumentos contra e a favor na página 4.

### REGULAMENTAÇÃO

"ISSO DÁ MAIS SEGURANÇA E COÍBE O BICO"

Rogério Fernandes Lima  
Tenente-coronel

▲ O tenente-coronel Rogério Fernandes Lima explica por que a corporação quer a regulamentação do trabalho nos dias de folga.

**Por que apresentar a proposta?**

Dá mais segurança para o policial, amplia o tra-



balho remunerado e coíbe a prática do bico. E é bastante interessante para o Estado. São mais policiais na rua. A sensação de segurança vai ser maior.

**Poderia haver prejuízos ao descanso do policial?**

No bico, o policial faz a carga horária que ele acha adequada. Na atividade delegada, o Estado determina quais horários ele pode cumprir. Ele preserva assim a integridade física e psicológica do policial. E ele vai ter todas as proteções

previstas na legislação. **Isso não diminuiria a pressão sobre o Estado para aumentar remuneração?**

O governo do Estado não pode abrir mão de sua autoridade por qualquer motivo.

## REPORTAGEM ESPECIAL

## PM deve trabalhar na folga?

## ARGUMENTOS PRÓS:



## Segurança

O principal argumento da proposta é a segurança dos policiais, que poderão trabalhar uniformizados e usar suas armas. Na prática, terão o aparato do Estado para trabalhar



## Remuneração

O salário inicial de um policial militar no Espírito Santo é de **R\$ 2.646**.

O trabalho nas folgas permitiria complementar a renda



## Livre-arbítrio

Mesmo com aumento de remuneração, parte dos militares aproveitaria de qualquer forma o tempo de folga para exercer trabalho extra. A liberação regulamentaria algo que alguns policiais já fariam por vontade própria

## ARGUMENTOS CONTRA:



## Sem descanso

O tempo de 72 horas de descanso não é dado à toa. Ele existe para recompensar o desgaste físico e mental dos policiais



## Sem aumento

A complementação de renda pelas atividades extras nas folgas poderia tirar o foco para possíveis aumentos salariais pela entidade responsável, nesse caso, o governo do Estado



## Sem investimento

Com mais policiais na rua, trabalhando uniformizados e armados, aumentaria a sensação de segurança. Em contrapartida, isso também poderia acarretar menos investimentos do Estado na área de Segurança Pública e outros setores, como o de Ação Social



## TRABALHO

Salário inicial de um policial militar: **R\$ 2.646**

Escala: **12 horas de trabalho por 72 horas de folga**

Infografia | Genildo

# RIO E SÃO PAULO JÁ ADOTAM BICOS OFICIAIS

## Policiais trabalham em parceria com as prefeituras municipais

ELIS CARVALHO  
elis.carvalho@redgazeta.com.br  
KATILAINE CHAGAS  
kchagas@redgazeta.com.br

O trabalho de policiais como seguranças nas horas extras – os chamados “bicos” –, já existe em São Paulo e no Rio de Janeiro, cada um com as suas características.

Nesses dois Estados, assim como na proposta da Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo (Assomes), o trabalho acontece por convênio com as prefeituras, responsáveis pela remuneração dos extras.

Em São Paulo o programa existe desde 2009 e é chamado de Operação Delegada. Começou com uma parceria da Polícia Militar com a Prefeitura de São Paulo para coibir o comércio de rua. Nesse caso, além da patrulha, o policial exercia também o papel de fiscal.

No Rio, o programa começou em 2011 com o nome Programa Estadual de Integração na Segurança e permite que os policiais trabalhem nas folgas em parceria com órgãos municipais, estaduais e federais.

O Rio tem uma particularidade. Os policiais po-

dem ser convocados compulsoriamente, contra a própria vontade, a trabalhar no serviço.

Isso é diferente do que é proposto pela categoria no Espírito Santo, onde o projeto prevê que o trabalho extra seja opcional. Em São Paulo também não há brecha para obrigatoriedades.

## PRÓS E CONTRAS

Em São Paulo, os críti-

## COMO FUNCIONA

## SÃO PAULO

▼ **Atividade Delegada**  
Começou em 2009 pela cidade de São Paulo, que fechou convênio com a Polícia Militar daquele Estado. Os militares podem trabalhar nos seus dias de folga para a prefeitura, principalmente em atividades de fiscalização. Ao longo dos anos, o projeto se estendeu para outras cidades de São Paulo. A Polícia Civil também pode participar da Operação Delegada.

## RIO DE JANEIRO

▼ **Compulsório**  
No Rio, a atividade começou em 2011, com o nome de Programa

Estadual de Integração na Segurança, que libera policiais para trabalharem durante suas folgas para entidades municipais, estaduais e federais. Em 2012, foi criado o Regime Adicional de Serviço (RAS), que permite os “bicos oficiais” tanto para policiais militares quanto para civis. Nesse caso, o policial pode ser convocado compulsoriamente a exercer a atividade extra.

▼ **Proposta**  
É de que seja uma atividade voluntária com horários máximos de trabalho extra pré-definidos para não prejudicar física e psicologicamente o policial.

Estadual de Integração na Segurança, que libera policiais para trabalharem durante suas folgas para entidades municipais, estaduais e federais. Em 2012, foi criado o Regime Adicional de Serviço (RAS), que permite os “bicos oficiais” tanto para policiais militares quanto para civis. Nesse caso, o policial pode ser convocado compulsoriamente a exercer a atividade extra.

## ESPIRITO SANTO

▼ **Proposta**  
É de que seja uma atividade voluntária com horários máximos de trabalho extra pré-definidos para não prejudicar física e psicologicamente o policial.

destinado a mais trabalho para os policiais.

Já o ex-secretário nacional de Segurança Pública e coronel da reserva da PM José Vicente da Silva, acredita que as vantagens dos “bicos oficiais” valem tanto para o policial, quanto para o cidadão e o Estado.

“O Estado fica mais seguro, com mais policiais nas ruas. Fica mais barato do que se tivesse que contratar outro policial. Já o PM, consegue trabalhar com mais segurança, sem se arriscar em serviços fora da corporação”.

O psiquiatra Fernando Furieri diz que, como em qualquer profissão, o acúmulo de atividades, a longo prazo, pode acarretar em esgotamento físico e estafa. Ainda assim, afirma ser a favor da regulamentação. “Uma das profissões mais estressantes do mundo é a de policial. Mas se você regulamenta, fica mais fácil se adaptar”, diz o psiquiatra.

Procuradas, as Prefeituras de Serra e Cariacica disseram que não comentaram propostas. Já as Prefeituras de Vitória e Vila Velha, não responderam as demandas por e-mail.

## ANÁLISE

## Medida tem prós e contras

“É de conhecimento de todos que nos dias de folga policiais militares fazem trabalhos extras fora da corporação, normalmente como seguranças, para complementar a renda. Com os chamados bicos oficiais, eles não precisariam trabalhar fora da corporação, o que é proibido. O lado positivo da medida, que tem proposta para o Espírito Santo, é que o Estado fica com mais policiais nas ruas e o serviço fica mais barato do que se tivesse que contratar outro policial. Já o militar consegue trabalhar com mais segurança, sem se arriscar em serviços fora da corporação, e ganha o dinheiro extra que ele precisa. O lado negativo é que a folga deveria ser para descansar. O PM faz o trabalho mais estressante do mundo e ainda tem que dedicar as horas de folga para tra-



balhar, já que não tem uma boa remuneração. Sem contar que na maioria das vezes se paga pouco por esse trabalho extra. A hora do policial vale cerca de R\$ 40 em São Paulo, por exemplo. Mas, com o bico oficial, passa para R\$ 20 a hora. O ideal seria que o PM recebesse de forma justa e não precisasse trabalhar na folga”

JOSÉ VICENTE DA SILVA  
CORONEL DA RESERVA DA PM

## Manifestação antes de julgamento

Parentes da estudante Bárbara Richardelle, 18, assassinada em 2014 pelo então namorado dela, o gestor de obras Christian Cunha, 21, vão fazer um protesto na manhã da próxima quarta-feira, em frente ao Tribunal de Justiça, em Vitória.

Neste dia acontece o segundo julgamento do acusado, que já foi condenado a 15 anos de prisão.



DIVULGAÇÃO

**BÁRBARA** tinha 18 anos

COBRANÇA EM VITÓRIA

# Comerciantes pedem mudança

**A**lém de vereadores que questionam o fato das regras para gratificação de fiscais da capital não terem mudado, moradores e comerciantes defendem que a nova lei aprovada seja regulamentada e passe a valer.

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Vitória, Adriano Ohnesorge, afirmou que as mudanças para uma nova forma de gratificação vão ajudar muitos comerciantes.

"Em Vitória, a fiscalização é frequente e, muitas vezes, há relatos de comerciantes que dizem que fiscais chegam multando. Acredito que a fiscalização é importante, mas com um trabalho maior de conscientização e orientação."

O presidente da CDL disse, ainda, que somente no centro de Vitória, em 2017, 28 lojas foram fechadas. "Isso em parte por conta da crise econômica, da burocracia e da fiscalização."

O representante da União de Lojistas do Centro de Vitória, Sidney Ferreira, também afirmou que recebe reclamação de comerciantes com relação à fiscalização.

"Na minha avaliação, o fiscal não tem de ter gratificação por multar alguém. O salário dele não deveria estar atrelado à produtividade em multas. Quem ganha por produção é comerciante."

De acordo com Sidney, há situações em que o comerciante acaba sendo multado por algo simples, que poderia ser resolvido com uma notificação.

A reportagem de **A Tribuna** conversou com alguns comerciantes ontem, que se queixaram da cobrança pelos fiscais. Entretanto, eles preferiram não dar detalhes para evitar exposição.

O comerciante Eugênio Martini, do Centro de Vitória, que tem uma postura de denunciar irregularidades, diz que não foi multado, mas é contrário à gratificação dos fiscais.

"A pessoa deve receber o salário. Quando ela entra, já sabe quanto vai receber. Recentemente, ouvi de um mestre de obras, que já realizou mais de 400 obras no Espírito Santo, que Vitória é o pior lugar para construir. Ele disse: 'aqui é preciso de licença para tudo'."

**“O fiscal não tem de ter gratificação por multar alguém. O salário dele não deveria ser atrelado à produtividade”**

Sidney Ferreira, representante da União de Lojistas do Centro de Vitória

**ADRIANO OHNESORGE** afirma que a fiscalização é frequente e, muitas vezes, há relatos de comerciantes que dizem que fiscais chegam já multando



## Lei questionada na Justiça

Afirmando que a Prefeitura de Vitória tem uma política de orientação a moradores e comerciantes, o subsecretário de Controle Urbano da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (Sedec), Otto Grellert, explicou que a lei sancionada ainda não foi regulamentada pelo município por estar sob julgamento. Ou seja, está sendo contestada na Justiça, segundo ele, por parte dos fiscais.

Com relação aos valores totais de mais de R\$ 4 milhões aplicados em multas no decorrer de 2016, ele afirmou que a informação não procede.

"A Sedec não aplicou multas que chegam perto disso em 2016, a não ser que esse número seja de todo o recolhimento em multas da prefeitura."

Ele ainda reforçou que os valores em multas recolhidos pela administração pública têm caído.

Em relação à forma das gratificações dos fiscais, de 40% dos va-

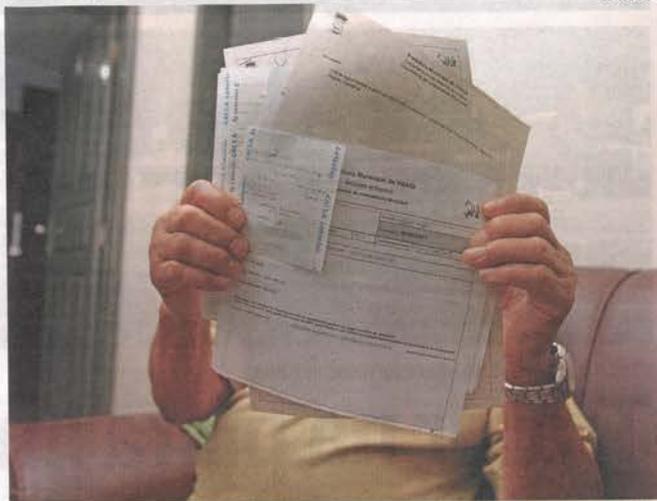
lores das multas, Otto reforçou que elas estão limitadas a um teto de R\$ 4.337 mensais por cada servidor, não importando o quanto em multas ele aplicou.

"Além disso, elas só são pagas após o recebimento do valor. Isso significa que a pessoa tem chance de recorrer e, só ao final, após o pagamento, é que o fiscal vai receber", disse.

O subsecretário frisou que o projeto de lei que deu origem ao texto aprovado partiu da própria prefeitura, que tem interesse em modificar as regras.

A fiscalização da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade é relacionada a obras, como de edificações novas, reformas e áreas de risco, como marquises e funcionamento de elevadores. Também há autuações referente a posturas, como licenciamento de atividades, alvarás de funcionamento, fiscalização de calçadas, entre outras.

FISCALIZAÇÃO



## “Isso é uma forma de premiar?”

Com 79 anos, um aposentado de Vitória é um dos moradores que já recebeu várias multas, entre elas pela exigência da construção de um muro de arrimo para evitar deslizamentos em época de chuva, como já aconteceu.

A última é de cerca de R\$ 2 mil, e

foi parcelada em 30 vezes. Dessas, quase a metade já foi paga.

Ele também foi multado porque limpou o quintal, mas demorou alguns dias para que o mato e o lixo fossem retirados.

O aposentado pediu para que o seu nome e o bairro onde mora fos-

sem preservados, pois, assim como outros moradores e comerciantes, teme a fiscalização.

Apesar de que os fiscais recebem uma gratificação pela cobrança, o aposentado reagiu dizendo: "Isso é uma forma de premiar? Não acho justo e é preciso ser revisto."

## Sindicato de fiscais diz que é favorável a alterações

Apesar das críticas quanto à forma de gratificação atual, o presidente do Sindicato dos Fiscais e Agentes de Fiscalização do município de Vitória (Sindfisc), George Peçanha, afirmou que a categoria sempre esteve aberta a modificações na legislação.

"Antes da aprovação da lei que entraria em vigor em janeiro de 2015, formamos uma comissão para debater com a administração municipal o tema. Então, chegamos ao projeto, que foi aprovado pela Câmara. Além da mudança da gratificação por pontuação, também previa a ascensão funcional da categoria para nível superior, que é o que buscamos."

Ele explicou que essa valorização da categoria previa que os agentes que tivessem graduação pudessem ter uma melhor remuneração. "Quando a lei foi aprovada, precisava de uma regulamentação, mas a própria prefeitura entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), alegando que isso levaria a um aumento dos gastos e iria ferir a Lei de Responsabilidade."

Ele reforçou que os fiscais são favoráveis à nova legislação e voltaram a discutir mudanças. Hoje, ele afirmou que, ao todo, em Vitória, são 223 fiscais, sendo que 130 com graduação.

## Outras prefeituras têm sistema de pontuação

Na Grande Vitória, as prefeituras da Serra e de Cariacica também pagam por sistema de pontuação pelo trabalho feito os fiscais do município.

O secretário de Desenvolvimento Urbano da Serra, Tarcísio Bahia, explicou que os fiscais recebem um salário-base e, de acordo com as ações que realizam, ganham pontos, que são convertidos em gratificações. "Essas pontuações podem ser a partir de multas ou ações que realizam, por exemplo, com ambulantes."

Ele frisou que a prefeitura está focada no investimento em tecnologia para agilizar, evitar erros e dar mais segurança aos trabalhos dos fiscais.

"Estamos estudando, por exemplo, os aplicativos de celular existentes. Mesmo assim, a orientação é que os fiscais trabalhem sempre com uma orientação e notificação iniciais."

Em Cariacica, a prefeitura informou que a fiscalização acontece de três maneiras: por meio de denúncia ou solicitação de moradores, rotina e vistoria.

O fiscal municipal de obras e postura tem como salário-base R\$ 1.091,17, mas recebe pontuação pelas atividades exercidas. Cada ponto vale R\$ 1, com acúmulo máximo fixado em 1.000 pontos por mês.

A Prefeitura de Vila Velha disse que a Coordenação de Posturas é formada por 45 agentes e toda multa aplicada é precedida de notificação preliminar, de caráter educativo.

A remuneração dos agentes é por meio de salário-base e gratificação prevista em lei.

Um exemplo de aplicação de autos de infração é sobre lançamento irregular de lixo. Desde o início do ano, a equipe lavrou 20 autos e o valor pode chegar a R\$ 3 mil.



**AMBULANTES,** na avenida Central, em Laranjeiras: na Serra, fiscais podem ganhar pontuação a partir de após com esses profissionais

DANOS E ROUBOS EM ESTACIONAMENTOS PAGOS

# Motoristas vão ter de ser indenizados

**Lei estadual prevê que o consumidor deve ser ressarcido em caso de roubo, arranhão ou qualquer outra avaria em seu veículo**

Kelly Kalle

“Não nos responsabilizamos por objetos deixados no interior do veículo” A partir de agora, a frase vista em placas de diversos estacionamentos pagos não tem mais validade.

Uma nova lei estadual, que entrou em vigor ontem, prevê que o consumidor seja indenizado em caso de roubo, furto, arrombamento, arranhão ou qualquer outra avaria em seu veículo, quando este estiver em estacionamentos pagos.

O ex-deputado estadual Cacau Lorenzoni, que hoje é prefeito de Marechal Floriano, é o autor do projeto de lei que foi sancionado

pelo governador Paulo Hartung, Cacau Lorenzoni. Ele explicou que a lei também prevê que os estacionamentos sejam responsáveis por oferecer segurança aos cidadãos e aos veículos.

Além disso, se houver algum problema com o veículo, o estabelecimento deve garantir o acesso às imagens de câmeras do local, para comprovar que o dano ocorreu dentro do estacionamento.

“Várias pessoas que usam o serviço de estacionamentos pagos reclamavam de arranhões, arrombamentos, furtos, e na hora de ressarcir, era muito difícil, a empresa colocava empecilhos, era demorado. Por isso, criamos a lei. Se o consumidor paga para ter seu veículo guardado, ele tem o direito de ser ressarcido em caso de avarias”, afirmou Lorenzoni.

O advogado especialista em relações de consumo João Eugênio Modenesi Filho ressaltou que já havia um entendimento na Justiça, baseado no Código de Defesa do Consumidor, de que tanto estacionamentos pagos quanto esta-

cionamentos gratuitos de supermercados ou shoppings, já poderiam ser processados em casos de furtos ou avarias.

“Mesmo os que não são pagos, como os de supermercados, têm responsabilidade com os veículos que estão em seus estabelecimentos. A expectativa agora, com a nova lei especificando a situação, é de que a empresa seja correta e que o consumidor não precise mais ingressar na Justiça para fazer cumprir seu direito.”

## ROTATIVOS

O advogado Celso Papaleo explicou que os estacionamentos rotativos municipais – que são pagos – também devem ser contemplados na lei.

“Ao meu ver, a lei diz ‘estacionamentos pagos’, então problemas que ocorrem nos rotativos municipais podem ser aplicados à lei. Mas isso será avaliado caso a caso na Justiça. Nessa situação, as câmeras que podem comprovar o problema seriam as da vigilância da cidade”, afirmou.



ESTACIONAMENTO em shopping: lei exige segurança para cliente e veículo

## Acesso a imagens de câmeras

### Lei Estadual nº 10.656

Dispõe sobre o direito do consumidor ser indenizado em casos de roubo, furto, arrombamento ou qualquer outro tipo de avaria em seu veículo, quando este estiver em estacionamentos pagos.

O governador do Estado, Paulo Hartung, sancionou a lei, que rege:

#### ARTIGO 1º

O CONSUMIDOR terá direito a ser indenizado em caso de roubo, furto, arrombamento ou qualquer outra avaria em seu veículo, quando este estiver em estacionamentos pagos.

#### ARTIGO 2º

OS ESTABELECIMENTOS que man-

tenham parceria com estacionamentos pagos ficam responsáveis por oferecer segurança aos cidadãos e aos seus veículos enquanto estes estiverem sob sua guarda.

#### PARÁGRAFO ÚNICO

QUANDO FOR necessário comprovar que o dano ocorreu dentro do estacionamento, é garantido ao consumidor o acesso às imagens do estabelecimento, independentemente de ação judicial.

#### ARTIGO 3º

ESTA LEI ENTRA em vigor na data de sua publicação (ontem).

Fonte: Diário Oficial do Espírito Santo.



“Em caso de algum arranhão, arrombamento ou furto, é preciso fazer uma ocorrência na hora”

Cacau Lorenzoni, ex-deputado estadual



“É importante guardar os comprovantes de entrada e saída do estacionamento”

João Eugênio Modenesi Filho, advogado



“Agora, é esperar que as empresas cumpram a lei e não seja preciso entrar com processos”

Celso Papaleo, advogado

## FALA, LEITOR!



BRUNO CÉSAR SOUZA, 34, vendedor

“Se estamos pagando o estacionamento e deixamos o carro lá, é de responsabilidade da empresa o que acontecer lá dentro”



ALINE AMARAL, 37, professora

“Pagamos tantos impostos, nada mais justo que o estacionamento que pagamos seja responsável pelo veículo estacionado”



ROMEU LUIZ REZENDE, 27, universitário

“Será ótimo para o motorista essa lei. E se algo acontecer, podemos usar a filmagem das câmeras para provar”



ALISSON RODRIGUES, 23, montador de móveis

“Nunca tive a moto arranhada ou furtada, mas a lei vai ajudar a quem tiver o problema, para conseguir ter o dinheiro do prejuízo”

## Shoppings prometem se adequar

Com a nova lei estadual, que prevê que os estacionamentos pagos indenizem os motoristas que tiveram veículos arrombados, arranhados, roubados, shoppings afirmaram que vão se adequar à lei.

A Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasca) esclareceu que está analisando as exigências da nova regulamentação e irá avaliar em conjunto com seus associados a implementação dos novos processos. “De toda forma, os shoppings do Espírito Santo cumprem estritamente a legislação e irão se adequar às normas vigentes”, afirmou em nota.

De acordo com advogados, é possível que os estacionamentos

rotativos municipais possam ser incluídos na nova lei.

A Prefeitura de Vitória afirmou que a instalação de parquímetros faz parte da atribuição do município no dever de organizar a cidade, tendo como objetivo criar a rotatividade de carros nos estacionamentos das vias públicas.

“Sendo assim, essa relação não deve ser confundida com a relação contratual de garagem, onde há dever de guarda e conservação.”

A Prefeitura de Vila Velha por meio da Procuradoria geral, informa que vai avaliar a lei para poder, então, emitir um posicionamento jurídico sobre o assunto.

A Prefeitura da Serra acredita

que a lei trata de estabelecimentos fechados. “De qualquer maneira, a jurisprudência mostra que o caso dos rotativos não impõe dever de vigia e guarda pelas prefeituras, trata-se apenas do caso de locação para controlar a movimentação.”

O órgão frisou que, caso a lei atinja rotativos pagos, o entendimento poderá ser o de quem tem possível responsabilidade é a concessionária e não o poder público.

O Consórcio Rotativo Digital Cariacica também acredita que a lei seja para estacionamentos fechados. “No caso dos estacionamentos rotativos em via pública, a competência de prover a segurança é de competência do poder público”

## ESTABELECIMENTOS PRIVADOS

# Indenização para casos de furtos em estacionamentos

**Lei recém-sancionada assegura o direito e ainda prevê acesso a imagens de segurança**

MAÍRA MENDONÇA  
mmendonca@redgazeta.com.br

Seja por roubo, furto, arrombamento ou qualquer outro motivo, os consumidores do Espírito Santo passaram a ter assegurado por lei o direito à indenização caso seu veículo seja danificado dentro de estacionamentos pagos. Sancionada ontem pelo governador Paulo Hartung, a nova legislação já está em vigor.

A Lei 10.656 também determina que os estabelecimentos que mantêm parcerias com estacionamentos pagos sejam responsáveis por oferecer segurança aos clientes e aos automóveis enquanto estiverem sob sua guarda. Além do mais, os motoristas poderão solicitar as imagens do local para comprovar a ocorrência do incidente sem que haja necessidade de uma ação judicial.

## INFORMAÇÃO CLARA

Conforme explica a advogada cível Simone Lourenço Stela Montenegro, mesmo antes da nova lei estadual já havia um entendimento entre os juristas de que a responsabilidade pela reparação dos danos nestes casos é das empresas. Portanto, não há grandes mudanças na prática, uma vez que, quando comprovado o dano, a Justiça decide em favor dos clientes na maioria dos casos.

“Isso acontece porque a súmula 130 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) já



FERNANDO MADEIRA

## Mais segurança

Para Luah, a lei em vigor impede que os consumidores fiquem no prejuízo, ainda mais pelo fato de os estacionamentos cobrarem caro pelas vagas.

“Com essa lei nós não pagaremos somente por uma vaga, mas também pela segurança que é oferecida. Acho importante, pois nossos direitos estão sendo garantidos”

—  
LUAH SPAMER  
ADMINISTRADORA, 37

## ANÁLISE

### “A lei é mais uma garantia”

A súmula 130 do Supremo Tribunal de Justiça já diz que as empresas devem responder pelo dano causado aos veículos em estacionamentos, sejam eles pagos ou gratuitos. A súmula é uma orientação para que os juizes deem sentenças nesse sentido, mas não que isso seja obrigatório.

Esta lei estadual torna-se, então, mais uma garantia para o consumidor. Ela atribui responsabilidade civil à empresa caso haja qualquer avaria. A partir do momento em que a pessoa deixa seu veículo em um local, ela está fazendo um contrato tácito de depósito de um bem móvel. Mas é preciso que o consumidor garanta a documentação necessária para se respaldar caso haja necessidade de acionar a Justiça. A pessoa deve ter o ticket ou o comprovante de que esteve no estacionamento no momento do fato, além de registrar um boletim de ocorrência. Caso haja roubo ou furto de bens que estavam dentro do veículo, também é importante apresentar a nota fiscal do produto.

—  
PAULO ABIGUENEM ABIB  
JUIZ TITULAR DO 4º  
JUZADO CÍVEL DE VITÓRIA

fala da questão do estacionamento, não importando se ele é pago ou oferecido gratuitamente”, justifica.

Mas, para Simone, o principal benefício da lei é impedir que informações erradas cheguem até o consumidor. “Muitas placas e tickets de estacionamento possuem a frase de que não se responsabilizam por danos aos bens. Essa frase nunca foi correta, mas agora é obrigatória a sua retirada e as empresas estão sujeitas ao pagamento de multa”.

A presidente do Procon, Denize Izaíta, reforça que por conta desse tipo de aviso muitas pessoas deixam de buscar seus direitos. “Agora, a ilegalidade está mais explícita do que

## MOTORISTAS APROVAM



“Se eles cobram, eles têm que ser responsáveis. A lei vem para fazer valer nosso direito”

—  
INGRID CASTRO  
ADMINISTRADORA, 55



“A lei é boa porque define bem de quem é a responsabilidade. O consumidor se sente mais seguro”

—  
LOURENÇO DE FREITAS NETO  
MÉDICO, 68

nunca”, afirma. Denize também enfatiza que o direito ao fornecimento de imagens garantirá mais agilidade dos processos na Justiça.

Como não são poucas as empresas que se recusam a assumir os prejuízos, a expectativa é de que mais casos possam ser resolvidos administrativamente. “A lei poderá abrir mais as empresas ao diálogo”, acredita Simone.

Associação Brasileira de Shoppings Centers (Abrasce), informa que os shoppings do Estado irão se adequar às normas vigentes e esclarece que está analisando as exigências da Lei 10.656. A avaliação de novos procedimentos será discutida junto aos associados.

## ENTENDA A NOVA LEGISLAÇÃO

### O QUE DIZ A LEI

#### ▼ Direito assegurado

Publicada ontem no Diário Oficial, a Lei 10.656 normatiza que o consumidor terá direito a ser indenizado em caso de roubo, furto, arrombamento ou qualquer outra avaria em seu veículo, quando este estiver em estacionamentos pagos.

#### ▼ Parcerias

Os estabelecimentos que mantêm parcerias

com estacionamentos pagos ficam responsáveis por oferecer segurança aos cidadãos e aos seus veículos enquanto estes estiverem sob sua guarda.

#### ▼ Fornecimento de imagens

Quando for necessário comprovar que o dano ocorreu dentro do estacionamento, é garantido ao consumidor o acesso às imagens do



local, independentemente de ação judicial.

#### PRAZOS

##### ▼ Já está valendo

A Lei 10.656 já está em vigor desde ontem.

#### MUDANÇAS

##### ▼ Informações

Com a nova lei, as frases presentes em placas ou tickets de estacionamentos avisando que o estabelecimento não se compromete com o ressarcimento de qualquer dano terão que

ser retiradas. Quem não cumprir a norma estará sujeito ao pagamento de multa.

##### ▼ Procedimento

Consumidores cujos veículos sofreram algum tipo de avaria devem buscar resolver o problema diretamente com as empresas. Caso elas se neguem a assumir o prejuízo, é necessário buscar os órgãos de defesa do consumidor ou a Justiça.



lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

## VICTOR HUGO

Leonel Ximenes



### **Oncologia do Infantil sensibilizou comandante**

No domingo dia 21, quando ainda era o governador em exercício, César Colnago convidou o comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, a fazer uma visita ao Hospital Infantil. O coronel ficou tão sensibilizado com a precariedade do local onde funciona a Oncologia Pediátrica do hospital que, mais tarde, já em casa, ligou para o governador e ofereceu: “Vamos levar a Oncologia para o HPM”. No hospital militar já está funcionando o Pronto-Socorro do Infantil.

#### **Deu certo**

Segundo Colnago, era exatamente isso que ele queria ao levar o comandante da PM ao Infantil. A mudança, já decidida pelo governo, será efetivada em data a ser definida. A Oncologia Pediátrica vai ocupar o espaço onde funciona o Serviço de Verificação de Óbito (SVO), que será transferido para outro hospital a ser escolhido.

**Odete Loureiro**

É assistente social do Poder Judiciário do Rio de Janeiro e autora do livro "Adoção: relatos de uma assistente social"

▄ Licença-maternidade de 180 dias a servidoras públicas que resolveram ser mães adotivas é uma boa notícia

## Lei repara uma injustiça para quem adota filhos

Foi com muito entusiasmo que recebemos a notícia de que o Espírito Santo agora conta com uma lei que garante licença maternidade para as servidoras públicas que resolveram ser mães adotivas.

A referida lei corrige injustiças e consagra importante conquista ao igualar a licença em casos de adoção para homens e mulheres, hétero e homossexuais, contemplando a todos que que-

rem adotar e que agora também poderão ter 180 dias para estar junto aos filhos. Os servidores ganham, mas quem mais se beneficia são as crianças e as famílias.

O processo de adaptação da criança adotiva aos novos pais costuma ser longo e trabalhoso. A criança conhece melhor que ninguém o abandono, que deixa marcas e forte angústia. Geralmente só conheceu a mãe e, mesmo que

essa tenha sido agressiva ou negligente, é a única que a criança reconhece como tal e o afastamento causa enorme sofrimento.

Por um tempo, a "criança abandonada" estará assustada e, muitas vezes "testará" a nova família, precisando saber se será amada. É comum por meio de "pirraça" ou "agressividade" demonstrar suas inseguranças e medos.

Tive oportunidade de acompanhar caso em que um menino com pouco menos de 2 anos foi colocado em família substituta e passou oito meses chorando e gritando pela mãe durante as madrugadas. Os "novos pais" ficaram esgotados, mas foram fortes e transmitiram toda segurança e afeto neces-

sários para que ele se sentisse seguro e superasse as crises (terror noturno), se tornando um adolescente saudável, inteligente e muito feliz, assim como seus verdadeiros pais.

Acompanhamos muitos casos de adoção e por isso não temos dúvida da importância desse período de licença. Podemos garantir que não é um tempo fácil ou de folga, mas, ao contrário, de muito trabalho, mas também de muita recompensa, já que, pelo que temos visto, depois dessa fase de adaptação e investimento parental a criança percebe que não será devolvida à instituição de abrigo ou rejeitada novamente e então o amor ganha terreno.

A notícia não poderia ser melhor!

**PRAIA DE CAMBURI****Conscientização contra abuso de crianças hoje**

O Fórum Araceli vai realizar diversas atividades com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre o enfrentamento da violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, hoje, a partir das 8 horas na Praia

de Camburi, em Vitória. No local, vão acontecer atividades de sensibilização e orientação às famílias, além de brincadeiras para as crianças. A pedido da organização do evento, as pessoas devem ir vestidas de camisa branca.

PROCESSOS NA JUSTIÇA

# Mães contra pais que abandonam seus filhos

Elas estão em busca da presença paterna na vida das crianças, a fim de evitar que tenham traumas psicológicos no futuro

Kelly Kalle

A ausência do pai ou da mãe no dia a dia da criança ou adolescente pode ser configurada como abandono afetivo. Segundo advogados, é cada vez mais comum que mães – já que em sua maioria são elas que ficam com a guarda dos filhos – busquem ajuda de advogados e da Justiça para fazer com que os pais fiquem mais tempo com os filhos.

O abandono afetivo pode ser configurado quando as visitas acordadas em juízo não são cumpridas, mesmo que o pai pague a pensão.

A advogada Francislene Paiva contou que uma mãe de 30 anos buscou sua ajuda para pedir que o

“Eles se separaram recentemente e desde então o pai reduziu as visitas. Ela quer que o pai veja a criança todo final de semana e vamos tentar fazer um acordo com ele para que as visitas sejam em finais de semana alternados, mas que as responsabilidades durante a semana, sejam compartilhadas.”

Francislene esclareceu que, antes de entrar na Justiça, o advogado tem a obrigação de tentar resolver o problema amigavelmente. “Parece que tanto o pai quanto a mãe querem resolver amigavelmente. Mas se não conseguirmos, vamos entrar com uma ação.”

A advogada especialista em Direito da Família e da Mulher Ivone Vilanova afirmou que os casos de



A ADVOGADA Francislene Paiva relata o caso de uma mãe que deseja que o pai seja mais presente na vida do filho

abandono afetivo surgem diariamente na Justiça.

“Uma cliente me pediu ajuda, pois o pai pagava a pensão, tinha uma boa condição financeira, mas não visitava o filho de 10 anos. Então a criança começou a ficar arreida, amuada, discutindo com a mãe, as notas na escola caíram. Ela precisou buscar ajuda psicológica para ele. Descobrimos que era a

ausência do pai. Dar pensão não é a mesma coisa que dar carinho.”

A advogada Juliana Gava teve um caso em que uma criança de 7 anos tentou se matar duas vezes, pois o pai não queria mais vê-lo. “A mãe estava desesperada, pedindo ajuda para que o pai fosse obrigado a visitá-lo. A mãe deve ter a visita estipulada em juízo para cobrar isso na Justiça, caso o pai não

esteja cumprindo.”

O advogado Flávio Fabiano ressaltou que a Justiça não pode obrigar que o pai ou a mãe dê amor.

“Mas o juiz pode determinar que minimamente se tenha uma atenção com os filhos. A criação é obrigação de ambos os pais. É possível ainda entrar com processo de danos morais pelo abandono”, explicou.

OPINIÕES



“Os pais devem dividir as tarefas, os cuidados e atenção com os filhos, estejam casados ou separados”

Flávio Fabiano, advogado



“O pai ou a mãe não deve dar apenas a pensão, mas prover também carinho e afeto ao filho”

Ivone Vilanova, advogada



“A busca por ajuda tem se tornado cada vez mais comum e as crianças podem precisar de psicólogo”

Juliana Gava Carlini, advogada

SAIBA MAIS

## Acordo para visitação

### Abandono afetivo

> PODE SER configurado quando o pai ou a mãe não visita o filho, não dá a atenção adequada. Mesmo que o filho more com a mãe, por exemplo, e essa não dá atenção à criança ou adolescente, devido a excesso de trabalho e outras atividades, pode ser considerado abandono afetivo.

> EM GERAL, ele é configurado quando há a visitação acordada em juízo e um dos ex-cônjuges não cumpre com as datas acordadas. Mesmo que o cônjuge pague pensão, pode ocorrer o abandono afetivo, já que se refere à oferta de atenção, amor e carinho.

### Guarda compartilhada

> É UMA FORMA de reduzir a possibi-

lidade de abandono afetivo, uma vez que todas as atividades e responsabilidades do filho é dividida entre o pai e a mãe.

### Processo

> QUANDO o pai ou mãe percebe que o filho está sentindo a falta do ex-cônjuge, ele pode buscar um advogado para pedir que o ex fique mais tempo com o filho. Se não houver um acordo, pode entrar na Justiça.

> A VISITAÇÃO deve ser acordada na Justiça. E se houver prejuízos ao filho, pode-se entrar com processo por danos morais, devido aos problemas e gastos com psicólogo.

Fonte: Especialistas consultados.

## Alertas para prejuízos na criação

A falta do pai ou da mãe no dia a dia e crescimento da criança ou adolescente pode trazer sérios prejuízos para o desenvolvimento do filho. Esse é o alerta de psicólogos, que afirmam ser imprescindível a presença de ambos na criação dos herdeiros.

O psicanalista e presidente da Associação Brasileira de Psicanálise, Edson Ribeiro, explicou que há casos em que o pai ou a mãe é impedido de ter contato com o filho, pois o ex-cônjuge não deixa ter essa aproximação, a chamada alienação parental.

“E quem sofre é a criança ou o adolescente. Ele ou ela precisa ter os pais por perto para educá-los, mostrar valores e princípios. Do contrário, correm risco de virar fi-



EDSON RIBEIRO: sofrimento

lhos que não obedecem a ninguém e são pessoas revoltadas com tudo. O diálogo é essencial.”

A psicóloga Leticia Rodrigues explicou que, quando a criança sabe da existência do pai e da mãe e quando um deles a abandona, ela se vê sem o amor incondicional que os pais deveriam dar.

“Claro que hoje há diversas formações familiares, mas quando um dos pais não está mais presente, a criança sente que não é mais amada por quem deveria amá-la incondicionalmente. Isso abala a sua autoconfiança e autoestima. A criança pode achar que tem algo de errado com ela, pois o pai ou a mãe não quer saber dela. E será preciso recorrer a apoio psicológico.”

# Dia de beleza para vítimas de violência

**Objetivo é recuperar a autoestima dessas mulheres para que elas se sintam valorizadas e capazes de retomar o controle da situação**

Rayza Fontes

Um corte de cabelo novo, maquiagem especial, roupas cuidadosamente selecionadas e um dia inteiro recebendo tratamento especial é a proposta da "Ação social resgate da autoestima", para ajudar no processo de recuperação de mulheres da Grande Vitória vítimas de violência doméstica.

A delegada do Plantão Especializado da Mulher (PEM), Milena Gireli, idealizadora da ação social, acredita que o "dia de princesa" das mulheres que foram vítimas de violência doméstica é capaz de ajudar em mudanças permanentes na vida delas, como ter mais

vistas de emprego. Elas também vão aprender a fazer a própria maquiagem.

O evento será realizado hoje, no salão de beleza Maison Luizza, no Barro Vermelho, em Vitória, para 20 mulheres convidadas pela delegada, com a ajuda de psicólogas e assistentes sociais que atendem mulheres em situação de risco na Casa do Cidadão de Vitória.

"O Espírito Santo está entre os mais violentos em crimes de violência doméstica, e o número de medidas protetivas cresce a cada mês. Precisamos ajudar as mulheres que já sofreram para que elas se sintam capazes e, principalmente, para que o problema não ocorra novamente", enfatizou a delegada, que vai acompanhar a ação.

A cabeleireira Ana Paula Leite é uma das voluntárias da ação social e trabalha desde o ano passado com a delegada para o crescimento do projeto. Segundo Ana Paula, a ideia é atender mais mulheres e aumentar a regularidade da ação.

"Muitas mulheres que participam sofrem há muitos anos, elas

confiança para conseguir um emprego.

"Queremos que elas se sintam valorizadas, bonitas e capazes de alcançar voos mais longos, mudar de vida e retomar o controle da situação. Elas chegam envergonhadas, tímidas, mas saem confiantes, sorridentes. É uma transformação bonita de ver", contou ela.

Além das roupas e acessórios, dos cuidados com o cabelo e a maquiagem, as mulheres vão ter uma palestra sobre consultoria de imagem para aprender a ganhar mais confiança e até dicas para entre-

vem desmotivadas, abatidas e sem nenhuma confiança em seu potencial. É muito gratificante ver como elas mudam a postura", disse a cabeleireira, que está animada para receber as convidadas no salão.

**“As vítimas de violência doméstica se sentem envergonhadas e desvalorizadas”**

Milena Gireli, delegada



**VÍTIMA de violência doméstica: na ação de hoje, 20 mulheres serão beneficiadas pelo projeto**



A DELEGADA Milena (em pé), idealizadora do projeto, e a cabeleireira Ana Paula Leite, uma das voluntárias da ação

SAIBA MAIS

## Denúncias pelo 180 e nas delegacias

**O que é violência doméstica?**

> A VIOLÊNCIA doméstica é todo ato ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico

e dano moral ou patrimonial, independentemente da orientação sexual da vítima. Ou seja, todo ato que atinja a dignidade da mulher, causando sofrimento, é uma violência.

> PODE ACONTECER dentro ou fora da casa da vítima. Basta que agressor e vítima tenham laços de convivência constante, não necessariamente sem interrupção.

> EM RELACIONAMENTOS abusivos, a repetição do ciclo de violência condiciona a mulher à síndrome do desamparo aprendido, isto é, a mulher acredita que, não importa o que faça, é incapaz de controlar o que acontece consigo, e se torna desmotivada a reagir e completamente passiva.

**Como procurar ajuda?**

> A CENTRAL de Atendimento à Mulher funciona 24 horas por dia, recebendo ligações de qualquer lugar do País, para fornecer informações e encaminhar denúncias aos órgãos competentes. A ligação para o número 180 é gratuita de telefone fixo ou celular.



JOVEM denuncia violência

> O REGISTRO da ocorrência é um dos principais instrumentos de defesa da vítima, inclusive para que não se repitam as agressões. O recomendado é procurar uma Delegacia da Mulher ou, se não houver uma em sua cidade, a Delegacia de Polícia mais próxima. Nenhuma autoridade policial pode se recusar a registrar boletim de ocorrência.

**Lei Maria da Penha**

> DETERMINA que o Estado assegure à mulher em situação de violência o acompanhamento de defensor pú-

blico em todos os atos processuais, caso seja do interesse ou necessidade da vítima.

de financiamento do agressor, pode solicitar ao juiz do caso inclusão no cadastro de programas assistenciais do governo em nível federal, estadual e municipal.

**Formas de ajudar uma vítima**

> ORIENTE A MULHER a fazer a denúncia: a violência doméstica é crime, mas a omissão frente ao sofrimento e à violação dos direitos humanos das mulheres também é. Além disso, se a mulher sente-se acolhida no local de trabalho, na família ou com os amigos estará muito mais fortalecida para enfrentar o problema, o que é a essência da rede de proteção e apoio.

> CASO NÃO SAIBA o que fazer para ajudar uma vítima, ligue para o 180 e fale com a Central de Atendimento à Mulher para solicitar informações e orientações. O serviço funciona 24 horas e a ligação é gratuita.

Fonte: Núcleo de Enfrentamento da Violência Doméstica contra a Mulher (Nevid).

# Taxistas contra transporte ilegal

## ARACRUZ

Os motoristas de táxis que atuam em Aracruz, no Norte do Estado, acionaram o Ministério Público Estadual (MP-ES), denunciando o aumento de carros usados no transporte ilegal de passageiros no município.

A categoria alega prejuízos, devido às exigências e determinações legais para trabalhar, e solicitou parecer do MP-ES sobre as medidas a serem tomadas para combater a concorrência desleal.

Os taxistas denunciaram à Promotoria de Justiça de Aracruz que motoristas estão agindo de má-fé, utilizando o nome da plataforma Uber para prestar o serviço de transporte privado.

“Como o Uber está indisponível no município, as chamadas têm sido realizadas por meio dos aplicativos de mensagens instantâneas em redes sociais. Esse tipo de transporte não tem segurança nenhuma. Mesmo assim, há quem aceite essa oferta”, afirma o taxista Ronis da Vitória Rodrigues.



O TAXISTA Ronis diz que motoristas estão agindo clandestinamente

Com objetivo de garantir a integridade física e a vida dos passageiros, a Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Urbanos (Setrans) informou que fiscaliza e atua no sentido de identificar os veículos que operam o serviço particular de transporte de passageiros por meio do aplicativo Uber.

Segundo o coordenador de Transporte da Setrans, Bruno Bulfon, os infratores se aproveitam da falta de informação das vítimas, se passando por motoristas do aplicativo, submetendo os passageiros a veículos sem a devida vistoria da fiscalização de transporte, colocando em risco a vida do usuário.

Bulfon ressalta também que os “falsos Uber” agem sem cadastro no aplicativo e não cumprem os requisitos exigidos pelo serviço, muitas vezes cobrando mais caro pela corrida. “Existem casos de pessoas se aproveitarem de que os carros não possuem identificação externa para aplicarem ações mal-intencionadas, como furtos, assaltos e estupro”, alertou.

Segundo ele, o município de Aracruz é atendido por uma frota de aproximadamente 60 táxis, regulamentados pela fiscalização de transportes. Para denúncias de motoristas que se passam por prestadores de serviço do Uber, a Setrans disponibiliza o telefone 3270-7974, ramal 2002.

O Uber informou, por meio de nota, que aconselha o passageiro a ficar atento às informações que aparecem no aplicativo, ao solicitar o serviço. “Na tela do celular aparece o nome do motorista, sua foto de identificação, modelo e placa de carro”, destaca a empresa.

O MP-ES informou que está analisando as denúncias.

# Multa de R\$ 7 mil para quem joga lixo nas ruas

Prefeituras da Grande Vitória já emitiram neste ano 169 multas a pessoas físicas e empresas por danos ao meio ambiente

Weslei Radavelli

**A** luta pela preservação do meio ambiente e da limpeza pública deveria ser uma ação de todos. No entanto, como há pessoas e empresas despejando lixo em locais impróprios, as prefeituras da Grande Vitória passaram a multá-las, para inibir a ação.

Neste ano, 169 multas por descarte irregular de lixo foram aplicadas a pessoas físicas e jurídicas.

A ação é considerada um crime ambiental, conforme descrito na Lei Federal 9.605/1998, artigo 54: "Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem

saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou destruição significativa da flora".

O mesmo artigo ainda estabelece penas mais rígidas de acordo com o dano causado ao meio ambiente, do tipo de resíduo que é descartado, e do autor da ação.

Para combater este tipo de crime, o Ministério Público do Estado tem atuado com rigor. No município da Serra, a 7ª Promotoria de Justiça Cível tem aplicado multas e punições a empresas e pessoas físicas que poluem ou causam outros tipos de danos ao meio ambiente.

De acordo com o promotor de Justiça Ronaldo de Assis, as punições são aplicadas às empresas e seus responsáveis, sendo que, cada um, pode receber multas diferentes. Em alguns casos, as multas po-

## "Falta respeito", afirmam moradores

Quem mora próximo aos pontos viciados de lixo sofre com a proliferação de insetos e doenças. No bairro São Diogo, na Serra, há pelo menos dois.

Segundo moradores da região, a prefeitura até faz a parte dela, pro-

com coleta frequente do lixo. Este trabalho, entretanto, se torna insuficiente, diante da atitude de algumas pessoas.

"Falta respeito com os moradores aqui do bairro. Tem gente que vem de outras localidades só para jogar lixo

e entulhos aqui. Nossa casa acaba ficando cheia de ratos e mosquitos, atraídos pelo lixo", afirmou o mecânico Umberlindo Novaes.

Já o operador Roqueres da Silva defende uma fiscalização mais rígida. "É preciso multar mesmo", disse.

dem chegar a R\$ 7 mil.

"O Ministério Público tem agido com rigor em defesa do meio ambiente. Estabelecemos uma parceria com a prefeitura para identificar e punir os autores", afirmou.

Na visão do promotor, as empresas que cometem crime ambiental estão passíveis a punições ainda

mais rigorosas.

"Uma empresa que atua no ramo de construção civil, por exemplo, desde o processo de licenciamento ambiental, precisa apresentar um local para descarte dos resíduos. Se a instituição, que já tem esse compromisso, joga em um ponto viciado, a punição é mais rígida".

### SOFRIMENTO COM INSETOS



THIAGO COUTINHO/AT



SÃO DIOGO: lixo despejado em rua

### SAIBA MAIS

#### Como denunciar

##### Vitória

> A PREFEITURA informou que, quando identificado ponto irregular de lixo, o setor de fiscalização tenta identificar o infrator. Caso contrário, uma empresa faz a coleta. Denúncias pelo 156.

##### Vila Velha

> SEGUNDO A PREFEITURA, são 570 pontos mapeados. A situação mais crítica é do dique do Rio Jucu, que recebe lixo/entulho até de outros

municípios. Denúncias pelo 162.

##### Serra

> A SECRETARIA de Serviços trabalha com 590 pontos viciados identificados pela fiscalização e por denúncias. Denúncias : 99503-3549.

##### Cariacica

> A SECRETARIA Municipal de Infraestrutura contabiliza 300 pontos viciados: Denúncias no 3354-5113.

Fonte: Prefeituras consultadas

CÂMARA DE VEREADORES

# Mais de mil leis inúteis em Vitória

Vereadores da capital vão revogar até o fim do ano o efeito de normas consideradas sem validade no dia a dia do cidadão

Tiago Alencar

Até o fim deste ano, mais de 1.000 das atuais 9 mil leis municipais de Vitória serão extintas por serem consideradas inúteis à cidade. A revogação das normas será feita pela Câmara de Vereadores da capital, que criou a Comissão de Desburocratização e Empreendedorismo.

Presidida pelo vereador Mazinho dos Anjos (PSD), a comissão já preparou um pacote com as 10 primeiras leis que serão revogadas nos próximos dois meses.

Segundo o parlamentar, são projetos que foram transformados em lei sem um estudo aprofundado por parte dos autores das propostas, além de, hoje, estarem ultrapassados.

"O estudo feito pela comissão mostrou que não houve muita responsabilidade na hora de os parlamentares autores das propostas sugerirem a criação das leis que serão revogadas. Tem muita coisa que é subjetiva, que não precisa de uma sanção para ser exercida", destacou Mazinho dos Anjos.

Na lista das 10 primeiras leis que serão extintas está a Lei nº 8.555/2013, que criou o Dia Municipal de Higienização das Mãos, uma das citadas por Mazinho como sem utilidade social.

Já outra lei, de 2001, a nº 5.378, institui exame toxicológico aos detentores de mandatos eletivos e servidores municipais. A lei, de acordo com o levantamento feito pela comissão, nunca foi aplicada na prática, por impossibilidade financeira e administrativa municipal.

Outro ponto destacado pelos membros da comissão, que além de Mazinho conta com os vereadores Davi Esmael (PSB), Luiz Paulo Amorim (PV), Sandro Parrini (PDT) e Dalto Neves (PTB), é a dificuldade que essas leis têm para serem fiscalizadas, uma vez que elas saem do que é considerado viável por conta do forte teor subjetivo das propostas.

Davi Esmael disse que existem leis que o cidadão desconhece. "Nesse pacote, tem lei que o morador de Vitória nem sequer conhece. O povo não aguenta tanta exigência, tanta burocracia, principalmente no empreendedorismo", pontuou o vereador.

Para Sandro Parrini, vice-presidente da comissão, "existem muitas leis remotas, que não têm mais validade para a atual conjuntura municipal. Os vereadores que criaram as propostas não pensaram em algo a longo prazo. O certo não é quantidade de leis, mas a qualidade e eficácia que elas têm".



DAYANA SOUZA/AT

**VEREADORES** Dalto Neves, Sandro Parrini, Mazinho dos Anjos, Luiz Paulo Amorim e Davi Esmael integram comissão que já preparou um pacote com as 10 primeiras leis que serão extintas nos próximos dois meses

## 7 MOTIVOS PARA REVOGAR AS LEIS

**1** Falta de cumprimento, uma vez que a maioria é de caráter subjetivo, como a Lei nº 8.555/13,

**2** Desconhecimento das leis por parte da população. A maioria das leis que será revogada não é de conhecimento dos moradores da capital.

**3** Aumento da burocracia no dia a dia da sociedade.

**4** A maioria das leis que será extinta dificulta a fiscalização por parte do município, pois possuem exigência descabidas, segundo a comissão.

**5** O teor inusitado de algumas leis também motivou as revogações.

**6** Duplicidade. O levantamento feito pela Comissão de Desburocratização da Câmara mostrou que algumas leis revogadas tratavam de assuntos já pontuados em outras leis elaboradas anteriormente.

**7** O gasto com leis desnecessárias ao município foi outro motivador da revogação.

Fonte: Comissão de Desburocratização da Câmara de Vitória.

## AS PRIMEIRAS LEIS QUE SERÃO EXTINTAS

### Dia do supermercado

> LEI Nº 8.890/2015: determina que o município de Vitória comemore o Dia Municipal do Supermercado.

> MOTIVO: a Comissão de Desburocratização e Empreendedorismo alega que a população não é beneficiada com a lei. Destaca que as datas comemorativas deveriam se tornar lei quando o tema, de fato, é relevante para a população.

### Exames

> LEI Nº 5.378/2001: determina exame toxicológico aos detentores de mandatos eletivos e servidores municipais.

> MOTIVO: a lei nunca foi aplicada na prática, por impossibilidade financeira e administrativa. Outro empecilho seria a fiscalização, que, se-

gundo a comissão, poderia gerar constrangimento aos servidores.

### Cartazes

> LEI Nº 5.761/2002: determina a exibição de cartazes com informações sobre medicamentos genéricos em Vitória.

> MOTIVO: a justificativa é de que a lei fere a livre iniciativa do departamento privado, além de invadir matéria de competência do Executivo.

### Passes livre

> LEI Nº 8.456/2013: a norma propõe passe livre em transportes públicos para crianças de até 5 anos.

> MOTIVO: a isenção já está prevista no Artigo 235 da Lei Orgânica do Município. A criação da lei sugere duplicidade de uma norma que já é aplicada.

### Velórios vigiados

> A LEI Nº 8.324/2012: dispõe sobre a vigilância noturna em velórios realizados em cemitérios públicos municipais.

> MOTIVO: impossibilidade de aplicação e fiscalização.

### Relatório

> A LEI Nº 4.094/1994: dispõe sobre a apresentação de relatórios de impactos na saúde do trabalhador para todas as empresas.

> MOTIVO: burocracia para aplicação da lei. O Ministério do Trabalho, que é o órgão responsável para fiscalizar a relação das empresas com os funcionários, já estipula essas determinações que o setor privado deve seguir.

### Sanitários

> A LEI Nº 5.931/2003: obriga bares e restaurantes a ter cartazes nos estabelecimentos sobre a importância da manutenção da limpeza dos sanitários.

> MOTIVO a Vigilância Sanitária já

### Higiene das mãos

> LEI Nº 8.555/2013: institui o Dia Municipal de Higienização das Mãos.

> MOTIVO: impossibilidade de fiscalização, além de se tratar de uma norma subjetiva.



atua na fiscalização dos estabelecimentos comerciais, verificando se as regras de funcionamento estão sendo cumpridas dentro do padrão exigido pelo órgão fiscalizador competente, segundo a comissão.

### Papel

> LEI Nº 8.614/2014: obriga estabelecimentos comerciais a utilizarem papel resistente à luz fluorescente e solar na impressão de cupons fiscais.

> MOTIVO: a comissão alega que a lei fere a livre iniciativa dos comerciantes, além de tornar burocrático o empreendedorismo. Outro ponto destacado é a dificuldade de fiscalização, uma vez que nem todos os comerciantes teriam condições de aderir



ao padrão sugerido.

### Dia do vizinho

> LEI Nº 8.794/2015: sugere a criação do Dia Municipal do Vizinho.

> MOTIVO: assim como a que institui o Dia Municipal de Higienização das Mãos, a lei não tem utilidade ou retorno para a sociedade, de acordo com a comissão. A criação da data não envolve figuras ou fatos representativos para a população de Vitória.

CÂMARA DE VEREADORES

# Cada lei custa R\$ 6.464 na capital

Um levantamento feito pela equipe do vereador Mazinho dos Anjos (PSD) apontou que a tramitação de uma lei na Câmara de Vitória chega a custar R\$ 6.464, 34 aos cofres públicos.

O estudo leva em consideração os serviços utilizados pela Casa, além do valor da hora de trabalho dos funcionários envolvidos no processo, entre eles os próprios vereadores.

Em uma comparação feita com base nos valores monetários atuais, a Câmara pode ter investido R\$ 6,4 milhões nas mil leis que, agora, serão revogadas.

O professor de Direito Constitucional Anderson Sant'Ana Pedra fala em banalização do direito de legislar. "Os parlamentares precisam entender que, quanto maior o número de leis criadas, menor será a resposta por parte da sociedade. O ideal é simplificar a vida do cidadão, o que resultará em economia aos cofres públicos", disse.

A revogação das leis que são consideradas como descartáveis para a sociedade também virá acompanhada de custos. Segundo Mazinho, o investimento feito é o mesmo gasto na tramitação de um projeto de lei na Casa.

O vereador enfatiza que o caminho é inevitável e que a saída tem sido fazer pacotes com uma dezena de leis, que serão extintas por meio de uma única lei, com menos custos.

A reportagem procurou as câmaras de Cariacica, Serra e Vila Velha para saber se existe algum projeto que vise enxugar o quadro de leis das casas legislativas dos respectivos municípios.

Por meio de assessoria, a Câmara de Vila Velha afirmou que não há um projeto pronto, mas que existe um estudo para ver que leis ainda se aplicam ao atual momento do município.

Em Cariacica, a assessoria da Câmara ressaltou que não há projetos referentes à extinção de leis,



ANDERSON SANT'ANA PEDRA diz que há banalização do direito de legislar

mas que existe uma Comissão de Reforma do Regimento Interno. A Câmara da Serra também não tem projetos voltados para a extinção de leis.

## ONG critica vereadores que usam normas para se promover

O secretário-geral da Organização Não-Governamental (ONG) Transparência Capixaba, Edmar Camata, critica o modo como as leis são elaboradas pelos vereadores e diz que alguns dos parlamentares veem na criação de normas uma maneira de se promover.

"Alguns parlamentares tentam aparecer formulando leis em quantidade, e não com qualidade", ressaltou o secretário-geral. Edmar Camata ainda citou um caso inusitado envolvendo a criação de leis municipais. "Há caso de vereador que fez lei proibindo noivas de casarem sem calcinha. Qual a importância dessa lei?", enfatizou.

Ainda segundo Edmar, a atuação da Câmara, revogando leis que nem sequer deveriam existir, é de grande importância. No entanto, ele alerta para a necessidade de uma conscientização para que a atual legislatura - e as futuras - não recaiam nos mesmos vícios, que são recorrentes, segundo ele.

### FALA, LEITOR!

FOTOS: GAYANA SOUZA AP



CIRLENE KLEIN, 42 anos, empresária

"Acho que não há necessidade de tantas leis, que acabam nem sendo cumpridas. Deve-se pensar em melhorias para o povo."



EDILSON KRISTYAN, 26 anos, anunciador

"É errado. Eles precisam pensar mais antes de criar alguma lei que não é útil para a cidade. O bolso sente o prejuízo."



KELLEN RIBEIRO, 27 anos, mecânico

"Acaba sendo prejudicial. Gera um gasto desnecessário para os cofres públicos com leis que a gente nem conhece."



DANIELE NANTES, 33 anos, médica

"Não vivemos um bom momento. O ideal não é ficar criando leis sobre qualquer coisa, sem explicação."

## O custo

Cinco fases antes de uma lei ser publicada

### Primeira fase

- > O projeto vai para o Departamento Legislativo (DL) da Câmara.
- > Em seguida, vai a plenário para ser lido durante a sessão.
- > Depois, o projeto volta ao DL, passando pelo Serviço de Apoio a Comissões (SAC), de onde ele é distribuído.

CUSTO: R\$ 829,98

### Segunda fase

- > O projeto vai para as comissões pertinentes, para ter o relator da proposta de lei designado.
- > O próximo passo é enviar o projeto para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para receber parecer constitucional. O tempo de permanência do projeto no setor é de cerca de dois dias.

CUSTO: R\$ 201,43

### Terceira fase

- > O projeto de lei é submetido a uma reunião da CCJ, onde é realizada a votação do parecer do relator.
- > O projeto volta para o DL, agora, com o parecer que lhe garante a constitucionalidade da tramitação. O tempo total de tramitação do processo nessa fase é de pouco mais de uma semana, dependendo da urgência.

CUSTO: R\$ 262,81

### Quarta fase

- > O projeto de lei é submetido ao parecer das comissões temáticas, que validam se as propostas atendem aos critérios designados no regimento interno da Casa.
- > O processo continua nas comissões temáticas, agora, para receber parecer. O tempo de duração da tramitação é de até três dias.

CUSTO: R\$ 201,43

## Prefeitura tem gasto de R\$ 1 mil para derrubar

Sobre os critérios levados em conta para a sanção ou veto de uma lei, a Prefeitura de Vitória, por meio da Procuradoria-Geral do Município (PGM), informou, em nota, que sempre analisa se a norma é constitucional e de interesse público.

Quando a prefeitura veta uma lei da Câmara e esta derruba o veto e promulga a lei, a matéria vai parar no Tribunal de Justiça, na forma de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), onde o plenário da Corte julgará se a lei é inconstitucional ou não, o que traz custos para o município.

Segundo um ex-procurador-geral da prefeitura, que foi questionado pela reportagem, o custo de uma Adin para o município, em média, é de R\$ 1 mil.

Na última semana, por exemplo,



FACHADA DA PREFEITURA: gastos

o TJ-ES julgou inconstitucional a Lei Municipal nº 8.790/2015, que queria o uso de asfalto com borraça de reciclagem na conservação das vias públicas municipais.

Sobre o custo de uma Adin para o município, a PGM informou que o valor varia de acordo com o tempo de trabalho de cada profissional, mas não informou o valor.

### Publicação da lei

- > Caso não seja vetada ainda no gabinete do prefeito - e o veto seja derrubado pelos vereadores posteriormente, o que resultaria em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), indo parar no Tribunal de Justiça -, a lei é publicada, passando a vigorar no âmbito municipal a partir da data de publicação de sua aprovação.

CUSTO: R\$ 4.000,00

### CUSTO TOTAL

**R\$ 6.464**

é o total dos custos para tramitação de uma lei na Câmara de Vitória, segundo cálculo realizado pela Comissão de Desburocratização

### ANÁLISE

Cláudio Colnago, advogado e professor de Direito Constitucional

### "Atribuição vai além de apresentar leis"

"Em razão de inúmeras incompreensões acerca do papel do Poder Legislativo, cristalizou-se em parcela da opinião pública a ideia de que a única função do legislador seria aprovar leis. Nada mais falso.

Se o Poder Legislativo exerce o poder em nome do povo, conforme o sistema representativo, suas atribuições vão muito além da mera apresentação de projetos e edição de leis.

A fiscalização do Poder Executivo, sobretudo em relação à qualidade da prestação dos serviços públicos e à observância das formas devidas, apresenta-se como uma das principais atribuições da instituição parlamentar, desde sua concepção original. É, pois, relevante que iniciativas sejam tomadas no sentido de recalibrar o Legislativo como instituição estratégica de representação, colocando a qualidade fiscalizatória à frente da quantidade carimbadora.

Por isso, o mais viável é que haja cautela na hora de elaborar os projetos de lei, uma vez que evita-se que eles sejam descartados sem que ao menos tenham vigorado de fato."

# Disputa de Muqui tem 6 candidatos

**Concorrentes têm até a próxima sexta para registrar candidaturas. Hoje é o último dia das convenções partidárias, que definem os vices**

Caio Miranda

Com eleição para prefeito marcada para 2 de julho, o município de Muqui, no Sul do Estado, já vive a disputa. O prazo para registro de candidaturas se encerra na próxima sexta-feira e pelo menos seis políticos locais afirmaram que serão candidatos ao pleito.

Thadeu Eliotério (Avante); Hélio Cândido, o Cacalo (PSB); Renato Prúcoli (PTB); Claudiomar Barbosa, o Dr. Claudiomar (PRP); Ni-

colau Esperidião Neto (PDT); e Wanisgton Roberto, o Neston (PEN), disputarão o cargo.

Atualmente, o prefeito interino é Sérgio Luiz Anequim (DEM), presidente da Câmara de Muqui, no cargo executivo desde janeiro.

Somente Dr. Claudiomar já definiu o seu o candidato a vice-prefeito, Fernando Rainha (PRP).

Pelo calendário do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES), as convenções partidárias começaram na segunda-feira e terminam hoje.

Segundo os candidatos, os vices serão escolhidos em reuniões hoje, quando serão definidas as chapas.

Os candidatos são nascidos em Muqui e têm experiência na vida pública. Eliotério foi vereador por dois mandatos, sendo o mais votado na eleição de 2012. Cacalo é vereador de Muqui e está no segundo mandato. Prúcoli foi vice-pre-

feito na gestão de Aluísio Filgueiras, que morreu em dezembro. Inclusive, Prúcoli terminou o mandato como prefeito em exercício.

Nicolau Esperidião foi prefeito da cidade entre 2009 e 2012 e já foi secretário em Muqui e em Mimoso do Sul, município vizinho. Dos seis, somente Dr. Claudiomar e Neston não ocuparam nenhum cargo. No entanto, é a terceira vez que Claudiomar tenta ser prefeito. Neston é presidente do diretório municipal do PEN.

A nova eleição foi convocada porque o TRE-ES decidiu, em outubro, indeferir o registro da candidatura de João Paulo Viçosi, o Frei Paulão (PSB), vencedor da eleição para prefeito em 2016. Segundo o TRE-ES, foram analisadas a rejeição das contas pelo Tribunal de Contas (TC-ES) e atos de improbidade administrativa, que



**URNA ELETRÔNICA:** município terá eleição porque o candidato eleito em 2016 teve o registro cassado

provocaram a inelegibilidade de Frei Paulão. No último dia 2 de maio, o plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou o recurso de Frei Paulão e determinou nova eleição em

Muqui. O TRE-ES, então, marcou o novo pleito para 2 de julho. A cidade de Muqui tem hoje 11.396 habitantes, sendo que 11.095 deles poderão ir às urnas eletrônicas no dia da eleição.

## Novas eleições

- EM OUTUBRO de 2016, Frei Paulão (PSB), prefeito eleito de Muqui (43,54% dos votos), teve registro de candidatura indeferido no TRE-ES.
- O TRIBUNAL justificou que foram analisadas situações relacionadas à rejeição das contas de Frei Paulão pelo Tribunal de Contas e atos de improbidade administrativa.
- EM 2 DE MAIO, o plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou o recurso de Paulão e determinou a realização de nova eleição na cidade.
- O TRE-ES, então, definiu um calendário eleitoral para a cidade.

- HOJE termina o período das convenções partidárias, que acontecem desde segunda-feira.
- SEXTA, 2 DE JUNHO, é o prazo final para registro das candidaturas. O requerimento de registro deverá ser entregue no Cartório da 5ª Zona Eleitoral, em Mimoso do Sul.
- DE 3 DE JUNHO a 1º de julho, será o período de campanha eleitoral.
- A ELEIÇÃO está marcada para 2 de julho, das 8 às 17 horas. No mesmo dia, será conhecido o novo prefeito.

Fonte: TRE-ES.



**CENTRO** de Muqui: eleição na cidade do Sul do Estado acontece em 2 de julho e o novo prefeito será conhecido no mesmo dia

### Thadeu Eliotério (Avante)

- IDADE: 36 anos.
- PROFISSÃO: enfermeiro.
- EXPERIÊNCIA POLÍTICA: vereador (2009-2012 e 2013-2016).
- PRINCIPAIS PROPOSTAS: melhorias no Hospital Municipal Aluísio Filgueiras; e criação de uma feira de artesanatos na cidade.



### Cacalo (PSB)

- IDADE: 44 anos.
- PROFISSÃO: agricultor.
- EXPERIÊNCIA POLÍTICA: vereador (2009-2012 e 2017); assessor do deputado Freitas (PSB) (2013-2014).
- PRINCIPAIS PROPOSTAS: investimentos em cooperativismo e nas áreas da saúde e da educação.



### Dr. Claudiomar (PRP)

- IDADE: 43 anos.
- PROFISSÃO: advogado e contador.
- EXPERIÊNCIA POLÍTICA: nenhuma.
- PRINCIPAIS PROPOSTAS: regularizar o patrimônio histórico do município. Investimentos nas áreas da saúde, educação e criação de empregos.



### Nicolau Neto (PDT)

- IDADE: 58 anos.
- PROFISSÃO: agricultor.
- EXPERIÊNCIA POLÍTICA: prefeito (2009-2012); secretário de Planejamento; secretário de Administração e da Fazenda de Mimoso do Sul (2013-2016).
- PRINCIPAIS PROPOSTAS: investimentos em agricultura e no turismo.



### Renato Prúcoli (PTB)

- IDADE: 42 anos.
- PROFISSÃO: engenheiro Civil.
- EXPERIÊNCIA POLÍTICA: vice-prefeito (2013-2016).
- PRINCIPAIS PROPOSTAS: continuidade à gestão de Aluísio Filgueiras. Melhorias em saúde, educação e infraestrutura.



### Neston (PEN)

- IDADE: 37 anos.
- PROFISSÃO: gestor de empresas.
- EXPERIÊNCIA POLÍTICA: nenhuma.
- PRINCIPAIS PROPOSTAS: gestão eficiente do poder público; desenvolvimento com geração de emprego e renda; exploração do turismo sustentável no município.



CRISE POLÍTICA

# OAB mira em advogados citados em delação

**Ordem quer apurar atuação de mais de 100 escritórios de advocacia que teriam emitido notas falsas para lavar dinheiro**

BRASÍLIA

A Ordem dos Advogados do Brasil solicitou ao ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), informações sobre citações a escritórios de advocacia na delação de executivos da JBS.

O pedido foi feito devido à quantidade de citações a escritórios de advocacia na delação do ex-diretor de Relações Institucionais da empresa, Ricardo Saud. Ao Ministério Público Federal, Saud disse que a JBS tratou com "mais de 100" escritórios a emissão de notas falsas.

Segundo o executivo, as notas foram emitidas para esquentar dinheiro de corrupção. Entre os políticos citados estão o ministro do

Tribunal de Contas da União (TCU) Vital do Rêgo e o senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

"As notas fiscais estão aqui. O Vital do Rêgo não era do Tribunal de Contas da União ainda, era senador da República, da cúpula do PMDB. Dei R\$ 6 milhões para ele, que foi pago com notas frias", afirmou Saud na delação.

"O Jader Barbalho, é, R\$ 6 milhões, sendo que aí eles (donos da JBS) doaram mais R\$ 2 milhões, R\$ 3 milhões pro Helder Barbalho (filho do senador e atual ministro da Integração Nacional), mas eu entendo aqui que esse R\$ 8,98 milhões, o Jader direcionou todo pro filho dele, que era candidato ao go-

verno do Pará", disse.

Nos depoimentos, o executivo citou escritórios de advocacia de várias cidades do País que emitiram notas falsas para lavar dinheiro de corrupção. A OAB quer saber se há outros elementos e pede acesso a informações sob sigilo.

"Se nós tivermos algum advogado que tenha agido de forma criminosa, ele responde duplamente. Ele responde internamente, à OAB, no contexto ético-disciplinar, porque a Ordem dos Advogados do Brasil que tem esta função de fiscalização do exercício profissional, e ele responderá também no contexto penal, frente ao Poder Judiciário", disse o presidente da OAB, Cláudio Lamachia.

O ministro Vital do Rêgo disse que as informações são falsas e que as doações da JBS em 2014 estão na prestação de contas da campanha.

O ministro Helder Barbalho declarou que não conhece o escritório de advocacia citado na denúncia e que a doação que recebeu da JBS em 2014 foi legal e aprovada pela Justiça. O defesa do senador Jader Barbalho não vai se pronunciar.

**“Se nós tivermos algum advogado que tenha agido de forma criminosa, ele responde duplamente: à OAB e no contexto penal”**

Cláudio Lamachia, presidente da OAB



LAMACHIA quer acesso a mais informações que podem estar sob sigilo

CRISE POLÍTICA

# Torquato Jardim é o novo ministro da Justiça

Temer nomeia o jurista, que já fez críticas a Lava a Jato, para o lugar de Osmar Serraglio, que assume o Ministério da Transparência

BRASÍLIA

O presidente Michel Temer realizou ontem uma troca ministerial e nomeou o jurista Torquato Jardim para a Justiça. O movimento teve como objetivo fortalecer a pasta e melhorar a interlocução do peemedebista tanto com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como com o Supremo Tribunal Federal (STF), responsável por conduzir inquérito contra o Presidente.

Diferentemente de Osmar Serraglio, que ocupava o cargo até então e agora vai para o Ministério da Transparência, Torquato já foi ministro do TSE e tem boa interlocução nos tribunais superiores.

Ele é conhecido pelo perfil conciliador, motivo que também o levou a ocupar a Transparência. Ele já havia sido cogitado para a Justiça quando Temer assumiu o Palácio do Planalto, em maio de 2016, mas o presidente acabou escolhendo o atual ministro do STF, Alexandre de Moraes.

Em sua trajetória, o novo ministro da Justiça já criticou procedimentos da Operação Lava a Jato e discordou do argumento central da defesa do Presidente

Michel Temer de separação da chapa presidencial.

Num evento, em fevereiro deste ano, ele listou problemas na operação policial, como as condenações sem provas que foram reconhecidas pela Justiça Federal, e as extensas prisões provisórias. Em maio de 2016, um mês antes de ser indicado para o Ministério da Transparência, Torquato reagiu com ceticismo à possibilidade da Operação Lava a Jato trazer mudanças à cultura da corrupção no País.

Ele lembrou que, mesmo após o impeachment de Fernando Collor e após as condenações do mensalão, continuaram a acontecer escândalos de corrupção.

“O que mudou com o impeachment de Fernando Collor? O que mudou no Brasil depois da CPI do

Orçamento quando os sete anos foram cassados? O que mudou com o mensalão? O que vai mudar com a Operação Lava a Jato?”, questionou.

Já em artigo publicado em 2015 no site de seu escritório de advocacia, Torquato discordou de um

MARCELO CAMARDO/AGÊNCIA BRASIL

dos argumentos centrais da defesa do peemedebista no processo de cassação da chapa presidencial que tramita na Justiça Eleitoral.

Ele defendeu que caso a ex-presidente Dilma Rousseff tenha seu diploma cassado, o do Presidente também deverá ser desconstituído, uma vez que, segundo ele, “a eleição do vice-presidente é decorrência da eleição do titular”.

No fim da noite de ontem, a assessoria de imprensa de Torquato disse que ele “apoia a Lava a Jato”.

## QUEM É ELE

### Torquato Jardim

- ▶ IDADE: 67 anos
- ▶ CIDADE NATAL: Rio de Janeiro
- ▶ CARGOS: Foi ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 1988 a 1996. Foi ministro da Transparência, Fiscalização e CGU no governo do presidente

tuto Brasileiro de Direito Eleitoral (Ibrade) no período de 2002 a 2008.

TORQUATO JARDIM já fez críticas a operação Lava a Jato



## Expectativa de mudanças na Polícia Federal

Com a decisão do presidente Michel Temer de colocar Torquato Jardim no comando do Ministério da Justiça, a expectativa do Palácio do Planalto é retomar a influência sobre a Polícia Federal. Não está descartada nem mesmo a substituição do diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello.

O novo ministro da Justiça, Torquato Jardim, disse que só vai se pronunciar sobre a situação da direção da Polícia Federal e outros assuntos referentes à pasta após assumir o cargo oficialmente.

“Tudo vai ser estudado e refletido. Vou ouvir o presidente (Michel Temer), o secretário-executivo, e fazer a minha própria avaliação antes de tomar qualquer decisão. Exatamente como fiz na Transparência, mas na Justiça é mais complexa”, disse o novo ministro.



LEANDRO DAIELLO pode sair

mudanças no Ministério da Justiça. Serraglio era considerado um ministro fraco, e que, por isso mesmo, não tinha influência no comando da PF e não conseguia interferir nos rumos da Lava a Jato.

O Palácio do Planalto ainda não informou a data de posse do ministro. Para a vaga de Torquato na

## Delegados preocupados

Em nota divulgada na noite de ontem, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) afirma que viu com “preocupação” a troca no comando do Ministério da Justiça.

A nota foi divulgada após o Palácio do Planalto anunciar que o presidente Michel Temer decidiu transferir o ministro Torquato Jardim do Ministério da Transparência para o comando do Ministério da Justiça, substituindo Osmar Serraglio (PMDB-PR), que estava no cargo desde março.

De acordo com a ADPF, qualquer mudança no comando do Ministério da Justiça “gera preocupação e incerteza sobre a possibilidade de interferências no trabalho realizado pela Polícia Federal”.

“Os delegados de Polícia Federal foram surpreendidos com a notícia da substituição, até mesmo porque desconhecem qualquer

a pasta”, afirma a associação na nota.

“Além da autonomia, também é essencial que seja instituído o mandato para diretor geral da PF, de modo que mudanças de governo ou de governantes não reflitam em interferências políticas, cortes de recursos e de investimentos que prejudiquem as ações da Polícia Federal”, concluem.



## Sessão Virtual: Mantida condenação de juíza de Pernambuco

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) manteve a pena de aposentadoria compulsória imposta pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) à magistrada Marcyrajara Maria Gois de Arruda, da comarca de Belo Jardim. A decisão foi tomada durante a 21ª Sessão do Plenário Virtual, que teve início às 14h do dia 19/5 e foi encerrada às 13h59 desta sexta-feira (26/5).

A juíza foi condenada no dia 25 de maio do ano passado por uma série de violações aos deveres funcionais da magistratura, como o tratamento inadequado a advogados, a realização de atos processuais em processos de adoção sem observância das formalidades legais, o favorecimento de determinado grupo político em suas decisões, a prática de atos jurisdicionais em processos em que a própria magistrada figura como parte e a manutenção de seu ex-cônjuge na vara como se fosse servidor.

Condenada, a magistrada pediu ao CNJ a abertura de revisão disciplinar contra o ato do TJPE. O pedido, no entanto, foi negado e a pena, mantida. O Plenário acompanhou o voto da conselheira Daldice Santana, relatora da Revisão Disciplinar 0002361-58.2016.2.00.0000. Para a conselheira, a magistrada de Pernambuco não conseguiu provar que a decisão do Tribunal de Justiça foi tomada em sentido oposto às evidências dos autos ou que o tribunal tenha valorado de forma inadequada as provas apresentadas.

### Recursos negados

Além deste pedido, foram negados outros 13 recursos durante a 21ª Sessão do Plenário Virtual. O CNJ negou recurso contra o arquivamento de uma ação que questionava procedimentos adotados em uma ação penal em curso na 4ª Vara Criminal de Palmas/TO. Também foram negados recursos contra dois arquivamentos de feitos que tramitavam no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ): um deles questionava a condução de uma ação ajuizada contra o Banco Itaú e o outro a demora na condução de um processo.

O plenário também negou recursos relativos a um pedido feito por servidor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF 2), com jurisdição no Rio de Janeiro e Espírito Santo, de averbação do tempo de serviço prestado à Aeronáutica e Marinha antes do ingresso no Judiciário; a um pedido de nulidade do ato que conferiu atribuições diversas das previstas legalmente aos oficiais de justiça da 2ª Vara do Sistema de Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro/CE; à anulação de decisão que declarou a vacância do Registro de Imóveis e do 1º Tabelionato de Notas de Miranorte/TO e ao arquivamento de ação que questiona atos praticados pelo Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) em concurso para juiz substituto.

Também foram negados pedidos de autorização para que Tribunais de Justiça apliquem as regras estabelecidas pela Lei Federal n. 5.010/66 a promoção de servidores do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o bloqueio de matrículas de imóveis em loteamento na comarca de Martinho Campos/MG e o preenchimento de cargos de analista judiciário na Seção Judiciária de Rondônia e na subseção de Guajará-Mirim/RO.

A 22ª Sessão Virtual teve início nesta sexta-feira (26/5) e se encerrará no próximo dia 5/6, às 13h59. A pauta pode ser acessada aqui.